

AGRICULTURA E DIVERSIDADE PRODUTIVA: UM MOMENTO DE REFLEXÕES E ANÁLISES DE DADOS¹

Gesmar Rosa dos Santos²

A edição do censo agropecuário no Brasil é o principal momento para a realização de estudos e cooperação em redes que abordam o meio rural e a produção agropecuária no país. A divulgação dos dados completos do censo agropecuário 2017, disponibilizados no final de 2019, abre a oportunidade de análises em painel e, somando-se a outras bases, permite também, com algumas restrições, analisar trajetórias produtivas e identificar interfaces com políticas públicas.

Tendo em vista a missão do Ipea de promover diagnósticos, análises de políticas e difusão de conhecimento, o tema da diversidade produtiva na agricultura e os enfoques regionais são sempre justificadores de estudos para o aperfeiçoamento de políticas. O projeto de pesquisa “Agricultura e diversidade: análise de trajetórias, tecnologias e desafios regionais”, a partir dos dados do censo agropecuário 2017, se posiciona nesse contexto, contando com inestimável contribuição de estudiosos do tema, de modo a compreender melhor as heterogeneidades, resiliências e disparidades regionais da agricultura brasileira.

O período entre os três últimos censos coincide com um ciclo de políticas para a pequena agricultura, ou agricultura familiar, em um contexto de diversidade produtiva. Cabe destacar que o período: i) coincide com a maioria do Programa Nacional de Agricultura Familiar, que completou 22 anos em 2017, ano de coleta dos dados do censo agropecuário; ii) fecha um ciclo de outras políticas públicas voltadas para a redução da heterogeneidade estrutural e produtiva no setor (subsídios e produção, redução do risco, comercialização); iii) coincide com o momento de ascensão de visões, espaços, barreiras e oportunidades para a produção ambiental e socioeconomicamente sustentável na agricultura; e iv) marca a retomada de políticas voltadas para o território, com a maioria da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A questão central que orienta o projeto, tendo em vista as três recentes décadas da agricultura, é: aonde chegamos, quais desafios permanecem e o que esperar das políticas públicas?

Uma forma de dar respostas a essa questão é abrindo-a em outras: como se caracteriza a diversidade produtiva no Brasil e que elementos estruturais a definem? O que sinalizam os dados do censo agropecuário sobre as principais dificuldades e os desafios enfrentados pelos

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua23art14>

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

produtores? Quais caminhos são sinalizados para o futuro das políticas públicas, especialmente para a pequena agricultura/agricultura familiar? Quais políticas públicas se relacionam de forma central com a diversidade produtiva da agricultura brasileira?

Dialogando com essas perguntas, o objetivo geral da pesquisa é realizar estudos sobre a diversidade produtiva no Brasil a partir dos dados do censo agropecuário 2017, tendo como foco descrever a situação da agricultura de pequeno porte/familiar e os aspectos regionais. Destacam-se também dois objetivos específicos: i) caracterizar realidades regionais/locais e as diversidades produtivas; e ii) identificar municípios com distintos graus de heterogeneidade estrutural e dinâmica da agricultura.

No conjunto de publicações do projeto que aqui se inicia, espera-se contribuir com interpretações sobre as mudanças ocorridas no campo, identificando avanços e lacunas nas iniciativas de apoio ao meio à produção agrícola. Neste texto são analisadas variáveis no nível municipal referentes ao acesso aos insumos e ativos produtivos, à assistência técnica, às heterogeneidades estruturais regionais, ao cooperativismo e associativismo, entre outros. Nas etapas seguintes do projeto, pretende-se interpretar parâmetros econômicos e socioambientais (por regiões/biomas, inclusive), de modo a identificar *clusters* de heterogeneidades e diversidade produtiva e políticas de maior impacto.

O recorte por regiões, estados e municípios parte da concepção de que as diversidades estão presentes nas distintas escalas e assim devem ser observadas, a partir de indicadores fundamentais. Recortes setoriais, como perfil da população ocupada, produtividade e diferenças por porte de produtores, são também observados. Além da interpretação do censo agropecuário 2017 e anteriores, utilizam-se outras bases de dados e registros administrativos, como: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a base de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, de registros administrativos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Orçamento Geral da União (OGU), entre outros.

A rede de pesquisa conta com a colaboração de pesquisadores e especialistas-bolsistas do Ipea, e com a valiosa contribuição de estudiosos do tema em várias universidades, por meio de acordos de cooperação técnica, protocolos de intenções ou por colaboração individual. Listam-se as seguintes instituições: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Além de apresentar dados descritivos sobre estabelecimentos agropecuários, as publicações do projeto trarão análises e reflexões sobre os temas anteriormente mencionados no sentido de dar suporte ao aperfeiçoamento de políticas públicas para o meio rural e para a agricultura. Entre os pontos com possíveis melhoras está a alocação de recursos escassos, haja vista os sinais de desaceleração do ciclo de expansão de aportes do Estado. Espera-se, nesse aspecto, trazer conhecimentos e propostas para ações estruturantes e indutoras da dinamização produtiva, sem deixar de observar os distintos desafios dos sistemas produtivos regionais e o conjunto de funções exercidas pela agricultura na sociedade contemporânea.

Assim, antes das reflexões e das análises iniciais dos dados, neste texto é importante trazer as bases conceituais que sustentam as atuais políticas. Por isso, a seção seguinte aborda fundamentos e definições que deram suporte, dialogaram, criaram e continuam a sustentar as políticas públicas para a agricultura no Brasil. A título ilustrativo, são também listadas algumas políticas que mais fortemente ajudam a compreender a diversidade agrícola do país.